



**CÂMARA
MUNICIPAL**

DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 119/20.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. ALTERA O NOME DA RUA 08 NO BAIRRO JUNDIAÍ – VILA INDUSTRIAL ANÁPOLIS – GO, PARA RUA OTÁVIO RODRIGUES TRINDADE. OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO INTERNO. OBSERVÂNCIA DA LEI ORGÂNICA. CONSTITUCIONALIDADE.

1 – RELATÓRIO

Trata-se de propositura de autoria do Vereador Teles Júnior que “ALTERA O NOME DA RUA 08 NO BAIRRO JUNDIAÍ – VILA INDUSTRIAL ANÁPOLIS – GO, PARA RUA OTÁVIO RODRIGUES TRINDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

O art. 30, I, da Constituição Federal de 1988, determina que os Municípios podem legislar sobre temas de interesse local. Como é justamente isso o que a presente proposição faz, inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de uma matéria.

Além disso, a Lei Orgânica de Anápolis não exige que o processo legislativo versando sobre o assunto seja deflagrado pelo Chefe do Executivo (art. 54). Também nada impede que a população exerça o direito de apresentar proposição versando sobre o tema (art. 56). Isso significa que não incide na proposta a inconstitucionalidade formal subjetiva, pois a competência para iniciá-la é concorrente entre a autoridade supracitada e a Câmara dos Vereadores.

Por fim, a forma escolhida, qual seja, propositura de Lei Ordinária, é correta, pois não há necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (art. 48 desse Diploma Legal), não houve delegação legislativa (art. 51) e a matéria não se apresenta entre aquelas que devem ser regulados por Lei Complementar (art. 49), nem por Decreto Legislativo (art. 62) e nem por Resolução (art. 64).



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**
3ª CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à proposição de Lei Ordinária aqui discutida.

É o parecer.

Anápolis, 26 de outubro de 2020.

[Signature]
Pastor Elias Rodrigues
Vereador - PSD

[Signature]
Jackson Charles
Vereador - PSB

[Signature]
Vereador Relator

Wederson C. da Silva Lopes
Vereador - PSC

[Signature]
Domingos Paula de Souza
Vereador - PV

[Signature]
Luiz Santos Lacerda
VEREADOR - PT

IBRG/DL/26-10-2020

Encaminhe-se à comissão de
Educ. Cult. Ciência e Tecnologia
em 08/12/20
em *[Signature]*
Presidente